

Luis Carlos Freitas
Rodrigues

a

CIDADE NEOCAPITALISTA DE
LEFEBVRE NO SÉCULO XXI:
MUDAM AS FORMAS, PORÉM A
ESSÊNCIA PERMANECE

pós- | I

RESUMO

Este artigo faz uma breve a reflexão de como o capitalismo, através do urbanismo contemporâneo, constrói sua lógica de dominação na cidade neocapitalista a partir das reflexões de Lefebvre, principalmente aquelas apresentadas em sua obra *O direito à cidade*; que expõe o contínuo processo de eliminação das funções cívicas originais da cidade pré-capitalista, moldando o urbano contemporâneo através de uma visão de formação de cidades “lucrativas”, que competem em um teatro global de especulação, marginalização e desigualdade urbana. Em primeiro, será apresentada uma pequena parte da construção sobre a inovação do pensamento marxista, através do *Capital* de Karl Marx, e da obra *Questão de Método* de Jean-Paul Sartre. Após isso será realizado uma análise do pensamento lefebvriano, sobre a forma de dominação capitalista que é implementada pelos processos de urbanização.

PALAVRAS-CHAVE

Urbano. Cidade. Capitalismo. Desigualdade.



[HTTP://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2020.164056](http://dx.doi.org/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2020.164056)

Pós, Rev. Programa Pós-Grad. Arquit. Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 27, n. 50, e164056, 2020.

THE NEOCAPITALIST CITY OF
LEFEBVRE IN THE 21ST CENTURY :
SHAPES CHANGE, BUT THE
ESSENCE REMAINS

ABSTRACT

This article makes a brief reflection on how capitalism, through contemporary urbanism, constructs its logic of domination in the neocapitalist city, taking into account Henri Lefebvre's ideas, especially those used in his work *The right to the city*, which exposes a continuous process of selection of original civic functions of the pre-capitalist city, shaping urban city through a vision of the formation of "profitable" cities that compete with a global theater of speculation, marginalization and urban inequality. The beginning will present a small part of the construction on the innovation of Marxist thought, through the work *Das Kapital* of Marx himself, and *The Problem of Method* by Jean-Paul Sartre. The logo will then carry out an analysis of leftist thinking about a form of capitalist domination that will be implemented through urbanization processes.

KEYWORDS

Urban. City. Capitalism. Inequality.

INTRODUÇÃO

Quando Henri Lefebvre escreveu *O direito à cidade*, em 1968, analisando as transformações que ocorriam na sociedade no século XX, ele ressaltou na apresentação de sua obra que “*o direito à cidade, isto é, à vida urbana*” seria “*condição de um humanismo e de uma democracia renovados*” (2006, p. 117), antevendo o que a cidade seria no século XXI.

O avanço do capitalismo alterou as práticas sociais nas cidades, convergindo para ações pontuais que privilegiem uma construção parcelar do urbano, compartimentando os espaços, os interesses e seus cidadãos em segmentos e partes que dificilmente se unem, e pelo contrário, estão cada dia mais distantes.

A escala mundial do capitalismo, com suas crises globais, fez com que no final do século XX realidade urbana fosse repensada. As relações entre as “pessoas, entre os grupos” viventes em uma cidade gerou uma nova ordem submetida às relações de produção e de propriedade do capital, primeiramente industrial e agora tecnológico-financeiro (LEFEBVRE, 2006).

Mudam-se as relações de classe e propriedade, assim como a estrutura concreta das cidades para essas novas relações. Bairros, ruas, espaços públicos de lazer, áreas centrais revitalizadas, condomínios fechados, convivem todos na mesma lógica – a da cidade capitalista, industrial, tecnológica, financeira, global – competindo entre si, com vencedores e vencidos.

O atual cenário urbano se constrói sobre as “ruínas da cidade”. É necessário entender os fenômenos originários dessa nova sociedade que insiste em implodir a antiga pólis. O que afinal ela está construindo? Que cidade é esta? Ela obedece aos seus cidadãos ou às empresas? Ela consegue se diferenciar de outras cidades por vontade própria ou por coação?

Lefebvre não deixa dúvida sobre o urbano que se forma capitaneado pelo mundo empresarial, “*os grandes interesses econômicos só podem então conceber apenas uma estratégia: desvalorizar, degradar, destruir a sociedade urbana*” (LEFEBVRE, 2006, p. 78), que se impõe sobre uma sociedade refém de uma formação baseada na dissolução das funções anteriores da cidade, onde existia o lúdico, o debate, a crítica, e o espaço de encontro, de convergência. Nada disso mais tem valor, já que esses fatores não podem ser monetizados.

Na primeira parte deste artigo apresenta-se uma breve introdução sobre a construção de Marx e de Sartre que influenciaram parte da obra de Lefebvre, na segunda parte tem-se a análise da cidade capitalista e seu rompimento com as funções da cidade original, e, logo em seguida as considerações finais.

MARX E SARTRE: UMA ANÁLISE AMPLIADA E INOVADORA SOBRE A SOCIEDADE CAPITALISTA

Na construção de Marx (1990) sobre a reprodução das relações sociais de produção, a mercadoria deixa de possuir *valor de uso total*, para representar um *depositário de valor*, que se manifesta por meio da troca. Dessa forma o capitalismo reordena as relações sociais, impondo seu ritmo e mobilizando esforços significativos para sobrepujar as relações anteriormente existentes, e ainda superar aquelas que possam lhe fazer frente no futuro.

Como continuidade dessa formatação do valor de uso e do valor de troca na lógica do mercado, “*consolida-se a dissociação entre a utilidade das coisas destinadas a satisfação direta das necessidades e a das coisas destinadas à troca*” (MARX, 1990, p. 165). Essa divisão reflete-se então na construção de uma nova forma de relação social baseada na produção de mercadorias, formatando sua dinâmica por meio da substituição do valor de uso pelo valor de troca. As mercadorias passam a se expressar no mercado a partir de seu valor de troca.

A reprodução das relações sociais passam a se organizar em torno do valor de troca – em torno do mercado –, unificado pela forma *dinheiro*, que é apresentada como algo externo à própria coisa, mas que oculta as relações humanas por trás dessa forma de reprodução das relações (MARX, 1990). Essa ocultação das relações sociais ocorrida na sociedade capitalista cria camadas que obscurecem a percepção das verdadeiras relações por trás das trocas, e de sua arena principal, o mercado. O trabalho exigido para a produção de uma mercadoria, agora expresso em outra mercadoria, o dinheiro, não aparece mais de forma perceptível como antes, obscurecido e posto em segundo plano, pois agora os homens procedem de maneira “*atomista no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual*” (MARX, 1990, p. 175). No capitalismo, o trabalho deixa de ser propriedade de seu autor, perdendo assim sua individualidade, deixando de ser algo próximo de quem o realiza, transformando-se em uma mercadoria de troca. O trabalho efetivo possui um novo dono: o capitalista, que naturaliza ao máximo essa nova forma de relação – *capital-trabalho* – fazendo com que os trabalhadores sejam submetidos às suas vontades, regras, leis. É um processo sofisticado e longo de dominação, que sofre inúmeras e constantes mutações, porém mantém essa lógica. Dessa forma, segundo Viana (2008, p. 159), quando de sua análise sobre a alienação do objeto de trabalho:

Se o trabalhador perde o controle do processo de trabalho, então perde o controle do produto do trabalho e passa a ver este com estranhamento. Estas são consequências da alienação, que é a fonte da exploração e do fetichismo(estranhamento).

Para essa situação, Marx explora o tempo em suas análises no vir-a-ser e no presente, o crescimento quantitativo – previsível – e o desenvolvimento qualitativo – ou imprevisível –, revelando sua historicidade ao conhecimento do ser humano, o Materialismo Histórico. Sobre essa nova realidade trazida por Marx, Sartre (1979, p. 67) complementa “*a realidade do mercado, por inexoráveis que sejam suas leis, e até aparência concreta, repousa sobre a*

realidade dos indivíduos alienados e sobre sua separação". Já havia sinais inequívocos de que essa separação seria a base de sustentação do capitalismo contemporâneo, fazendo com que os indivíduos passem a acreditar na abstração quando apresentam o mercado como uma coisa, tornando essa ideia algo concreto (SARTRE, 1979).

Um dos principais avanços na compreensão real do mundo que nos cerca se dá quando Marx (1990), ainda no Século XIX, propõe uma revisão completa e profunda das relações sociais em vigor, e no futuro. Neste ponto, no futuro, sua obra põe-se à disposição de inúmeros pensadores, políticos, classe trabalhadora, assim como de seus detratores. Provoca uma revisão ampla da construção filosófica, econômica, sociológica e metodológica, que serve de alicerce para a construção de áreas que inexistiam até então. Neste ponto inicia-se a construção do que se vai definir como marxismo, uma inflexão na história, onde o caminho tradicionalmente ocupado por uma razão analítica e positiva cede espaço para uma razão dialética (LEFEBVRE, 1999).

Já com o marxismo em plena ebulição, em meados do século XX, Sartre afirma: *"um argumento "antimarxista", não passa do rejuvenescimento aparente de uma ideia pré-marxista"* (SARTRE, 1979, p. 75). Nessa afirmação o autor insere sua convicção de que uma superação do marxismo será apenas a redescoberta de um pensamento já concebido na filosofia e que se acredita superado. Negar o marxismo é trazer à tona antigas afirmações, porém com nova roupagem, já que mesmo os que se dizem os mais fiéis seguidores de uma linha filosófica, causam transformações nos pensamentos que desejam repetir, provocando alterações em algum momento dessa jornada. Dessa forma o tempo impede a mimetização pura e simples de velhos conceitos sem que esses sofram alguma alteração. Sua afirmação sobre esse movimento constante confirma sua expectativa de que *"é a luta dos homens em todos os planos e em todos os níveis da atividade humana que libertarão o pensamento cativo"*. (SARTRE, 1979, p. 82). Esse pensamento cativo que hoje encontra nas novíssimas relações de produção o desafio de uma construção dialética apropriada, redirecionada sem perder sua essência, onde a interpretação única, já criticada por Sartre (1979, p. 26) no século XX, necessita de amplas reformulações, em diversas áreas onde se deve:

a cada acontecimento, além de sua significação particular, um papel de revelador : já que o princípio que preside a pesquisa é o de procurar o conjunto sintético, cada fato uma vez estabelecido, é interrogado e decifrado como parte de um todo[...].

Ao definir-se claramente o problema, elucidando suas origens, formas e efeitos, através de uma reconstrução do pensamento marxista, retirando o que Sartre chamou de *"falsa universalidade"*, reafirmando ainda o caminho percorrido por Marx na tentativa de *"engendrar dialeticamente seu saber sobre o homem elevando-se progressivamente das determinações mais amplas às determinações mais precisas."* (SARTRE, 1979, p. 45). É nessa precisão que mora o desafio maior para a construção de uma dialética elucidativa no século XXI quando se trata das relações de produção contemporâneas e seus impactos em diversas áreas como a urbanização.

As bases filosóficas estão em constante expansão, em movimento contínuo, e devem sempre buscar pela sua evolução. Em sua análise Sartre apresenta de

que forma Marx consegue essa evolução, quando se refere a censura que Marx faz a Hegel quando da objetivação do homem: “*Para Marx, com efeito, Hegel confundiu a objetivação, simples exteriorização do homem no universo, com a alienação que volta contra o homem sua exteriorização*” (SARTRE, 1979, p. 16). Com isso, Marx afirma que na produção social, o homem entra em relações independentes de sua vontade e constrói vínculos contra a sua vontade que são suportados por uma estrutura jurídico-política que não apresenta o todo dessa vinculação. Só é apresentado aquilo que é de interesse da classe dominante, detentora dos meios de produção, de alienação das relações sociais e das lutas para sua manutenção. Assim, para que o homem se liberte de tal alienação, e que seu trabalho se torne a pura objetivação de si mesmo, faz-se necessário a *práxis* revolucionária.

Marx (1990) coloca o *homem concreto* no centro de suas pesquisas, e define-o por suas necessidades, pela condição material de sua existência e pela natureza de seu trabalho, criando uma reprodução de relações sociais livres do *romantismo cristão* preconizado por muitos pensadores e filósofos que lhe antecederam, e mesmo os precedentes destes, corroborando para que Habermas afirme que essa “*referência à função do espírito dificilmente permite fundamentar a validade teórica dos seus conteúdos*” (HABERMAS, 2002, p. 105)

O que se impõe é a necessidade de uma compreensão mais amplificada das bases marxistas, de forma a orientar a formulação de uma teoria filosófica abrangente, não apenas no campo político e econômico, mas com a perspectiva de método universalmente aceito em outros setores, como a história, a sociologia, a antropologia, a geografia, etc. Sartre (1979) constrói seu pensamento baseado na decantação de cada um desses pontos em sua obra, analisando pormenorizadamente os meios que permitissem elucidar a formação de um novo caminho, de um novo método de análise.

Outra preocupação de Sartre (1979) era quanto à totalidade *versus* singularidade como forma de entender a realidade diante da análise proposta por Marx. A singularidade dos meios que envolvem a vida humana e suas múltiplas relações deveriam ser objetos de estudo, e levar em conta as relações humanas de forma multifacetada; como nos dias atuais, onde essas relações, por exemplo as de trabalho, são múltiplas, ora espelhando um movimento de amplitude, ou global, ora manifesta como expressão de algo singular ou local, e ainda coexistindo ao mesmo tempo como uma mescla de cada: global-local. Só dessa maneira pode-se compreender uma coletividade, a partir do seu singular, daquilo que lhe é *sui-generis*, o que significa uma relação interpessoal que compartilha interesses antagônicos, pertencentes a distintas classes sociais, mas constantemente se relacionam.

Com isso faz-se necessário métodos que deem conta dessa dualidade, que consigam traduzir para campos diferentes dos previstos por Marx, a realidade do materialismo dialético. Um dos métodos citados por Sartre foi criado por Henri Lefebvre para explicar/integrar a sociologia e a história na “*dialética materialista*”, analisando a complexidade e as inter-relações através de três momentos distintos (LEFEBVRE, 1953, apud SARTRE, 1979, p. 32):

a) Descritivo: observação, mas com um olhar informado pela experiência e por uma teoria geral[...]; b) Analítico-regressivo: Análise da realidade.

Esforço no sentido de datá-la exatamente[...];e c) Histórico-genético: esforço no sentido de reencontrar o presente, mas elucidado, compreendido, explicado.

Nele há o duplo movimento de regressão e progressão que Sartre utiliza nos seus estudos sobre as significações aos próprios indivíduos e às relações concretas entre eles, relações essas que se reproduzem na cidade, e são analisados por Lefebvre.

A LÓGICA DA URBANIZAÇÃO E DA CIDADE CAPITALISTA POR HENRI LEFEBVRE

As bases do materialismo dialético de Marx iniciam um processo de criação de um novo dinamismo junto as ciências sociais. Os modelos anteriormente norteadores do pensamento científico em diversas áreas científicas agora encontram um rival à altura.

Após a publicação de *O Capital*, além de outros trabalhos de Marx, a concepção epistemológica de muitos setores das ciências humanas formaram uma corrente, que não apenas recorre ao autor para compor suas novas ideias, mas reorganizam o mapa intelectual, político e social no mundo a partir do início do século XX, criando uma massa crítica que parte de uma interpretação elucidante das relações de produção, a construção histórica das diversas classes sociais, o aparelhamento e a dominação do Estado moderno e contemporâneo pelo capitalismo, a imposição de uma forma de produção meticulosamente construída embasada na desigualdade econômica, a formatação de uma estrutura legal instruída com a função de preservar esta desigualdade, e a alienação dos detentores da força de trabalho diante dos donos dos meios de produção.

O marxismo será então utilizado por diversas frentes para se contrapor aos ideais burgueses capitalistas no século XX. Uma dessas frentes, a partir do anos 1950, começa a trabalhar as noções estabelecidas por Marx, e agora também por outros autores marxistas, na direção de uma análise sobre a questão urbana.

Com o advento da industrialização a partir do final do século XIX, a lógica capitalista instala-se em grande parte do mundo, principalmente na Europa Ocidental. Os grandes parques fabris que iniciam suas atividades no meio das grandes cidades, como Londres e Paris, reproduzem nas fábricas uma relação inovadora, com dinâmica diferenciada daquela que décadas atrás se apresentava como o início do capitalismo. Era a construção de uma nova forma de produção, que rompe com séculos de tradição feudal, de produção familiar e da relação em que os trabalhadores detinham os meios de produção. Um ferreiro e sua família eram, na maioria das vezes, donos de seu estabelecimento, de suas ferramentas, de seu tempo, de suas técnicas e do que essa atividade lhe rendia. Com o advento da revolução industrial e a tomada de poder político pelos burgueses, capitalistas em um futuro breve, essa lógica praticamente desaparece. Agora a relação é outra, onde os meios de produção ficam sob a tutela do capitalista, que os movimenta de acordo com a sua necessidade, e que por outra instância se submete a necessidade do mercado. É o mercado que estabelece as relações sociais impostas pelo

pós- | 7

capitalismo. A figura da troca de mercadorias simplesmente pelo seu valor de uso, agora é substituída por um “*ciclo de espontâneas conexões sociais, incontroláveis pelos que intervêm nas operações*” (MARX, 1990, p. 125). O que era controlado pelo ferreiro, agora está sob o poder do capitalista, à jugo dessa nova forma de relação. O trabalhador não controla mais essas conexões, elas existem e são controladas pelo mercado e seus donos. Valor, trabalho, dinheiro e lucro, refletem a vontade do mercado, que desapropria o dono da força de trabalho de seu antigo senso, de sua antiga lógica formadora do juízo de valor desse trabalho, de sua parte, de seu lucro. Isso não existe mais, pois nessas novas formas de existência cabe apenas ao patrão recolher o valor do trabalho, a parte do trabalhador, e se apropriar do lucro gerado por ele.

Essa inédita estrutura de relação social extrapola o “chão de fábrica” onde nasce, já que essa nova forma social passa a ser a formatação dominante que se organiza para ampliar sua base de dominação, criando condições para seu autodesenvolvimento e para o aumento de controle sobre a classe dominada – os trabalhadores –, assim como para encontrar uma maneira de, se não extinguir totalmente, ao menos “minimizar” ao máximo, os conflitos que advêm de uma relação lapidada em uma constante desigualdade sócio-político-econômica.

Na fábrica, ou nos grandes parques fabris, a produção do capital ficava submetida ao controle total do patrão. Porém, as pessoas não passavam o tempo todo em fábricas, apesar de suas longas jornadas de trabalho, elas viviam, ou melhor, sobreviviam nas cidades – no início, nos centros, depois nas periferias. As relações sociais passam a refletir, em grande parte, a lógica de dominação presente na produção capitalista. Essa forma de se organizar no espaço será um dos focos de análise para vários pensadores marxistas, que, com base no materialismo dialético, propõe repensar a vida e as relações na cidade, um deles é Henri Lefebvre.

Lefebvre enfatiza que a chamada *problemática urbana* tem início com o processo de industrialização (LEFEBVRE, 2006). A cidade preexiste à industrialização. A cidade oriental, a cidade arcaica e a cidade medieval, já eram uma realidade quando a burguesia industrial inicia seu processo de transformação das relações sociais, rompendo com as estruturas estabelecidas, criando novos meios, novas formas, novos fluxos, muitos deles diferentes das cidades anteriores. Porém, deve-se levar em conta que a cidade permite a concentração de parte dos meios de produção, da mão-de-obra, interagindo com a necessidade, sempre crescente do capital, em ter a sua disposição os itens necessários para sua completa composição, e que na cidade podem ser mobilizados rapidamente, com um menor investimento por parte do empresariado. Dessa forma, “*as concentrações urbanas acompanhavam as concentrações de capitais no sentido de Marx*” (LEFEBVRE, 2006, p. 9), gerando um duplo processo: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Essa dualidade apresenta-se no final do século XIX e durante quase todo o século XX como uma espinha dorsal dos processos de urbanização no mundo, impostos com diferentes formatações, porém com um mesmo propósito, servir ao processo de industrialização, ao capital. Lefebvre também especula como a complexidade do processo de industrialização se diversifica e produz novos estabelecimentos, como a disseminação das instituições bancárias.

De certa forma, o que se tem nos dias de hoje amplificam essa lógica, quando se vê a industrialização atual e os rumos que ela tomou desde a década de 1950, percebe-se que o duplo processo está presente, porém com uma roupagem mais complexa que aparenta não ter a lógica de industrialização tradicional, como no início e meados do século passado. O presente processo de urbanização acompanha o avanço do capital e suas novas formas de expansão, não apenas dos grandes parques fabris típicos do século XX, mas também do mercado financeiro global, da exacerbação dos serviços, da tecnologia, da diminuição do Estado, da maxi-concentração de renda, e outros itens que caracterizam o capitalismo contemporâneo.

Lefebvre (2006) cita o consumo turístico em Atenas na década de 1960, para se ter uma dimensão do que esse tipo de urbanização, sem a industrialização como base, pode influenciar na transformação de uma cidade, em muitos de seus aspectos – onde os empreendedores desse tipo de negócio exploram, de forma diferenciada do processo industrial tradicional, as pessoas, as relações e a cidade como um todo. A base de exploração permanece: valor-de-troca, trabalho, alienação e mais-valia; porém com um formato diferente daquele que se via no início da industrialização vivenciada por Marx. Agora a base é mais diversa e multifacetada. Não tem como origem apenas no chão de fábrica, nascem outras formas de relações capitalistas, como o turismo em Atenas, que modificou a lógica daquela cidade, formatando a rede urbana para os interesses do capital, nesse caso, priorizou-se principalmente o imobiliário, que exigiu do Estado várias ações em prol dos negócios advindos da indústria do turismo em ascensão naquele momento, modificando a lógica da antiga cidade, suas relações, suas ações e sua história, sempre na direção da especulação, do mercado e do capitalista. O poder público, que deveria representar interesses dos cidadãos, se volta para os interesses de novos e influentes clientes, como os bancos e as grandes corporações internacionais da indústria do turismo, sendo que muitos deles nunca colocaram os pés em Atenas, mas a partir do surgimento do turismo em escala industrial, passaram a ter voz, representação, persuasão e, o mais importante, *poder político*, pois no mundo capitalista poder econômico só se desenvolve com poder político, principalmente se pensarmos na questão urbana.

Impõe-se então, diante da industrialização e das novas formas de ação do capital contemporâneo, sua influência sobre a cidade, agora de forma global, uma realidade onde classes dirigentes possuidoras do capital dominam também sociedades inteiras, investindo não apenas na produção de bens e serviços, mas na produção de cultura, de arte, de conhecimento, de ideologia (LEFEBVRE, 2006). Constatar de que forma esta amplitude do domínio do capital se impõe sobre a cidade e sua construção urbana, é uma operação complexa, porém necessária. O que Lefebvre nos indica é que devemos organizar essa lógica da industrialização, que as vezes não envolve a indústria fabril propriamente dita, porém sem nos esquecermos que existe sempre um condicionante maior que permeia cada situação analisada, a exploração de uma classe social sobre as demais. Por exemplo pensar a formação dos subúrbios nos países desenvolvidos, é pensar em sua construção histórica e cultural de dominação, de uma lógica de industrialização própria daqueles países. Remeter-se à favelização dos países subdesenvolvidos é refletir uma lógica diferente. Porém os dois tem uma mesma raiz, um processo de domínio

pós- | 6

dos meios de produção, de forma amplificada, com diversas maneiras para sua efetivação.

O urbanismo então produz uma cidade que substitui grande parte de suas relações sociais de outrora por novas formas de relações, agora com “*uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão*”(LEFEBVRE, 2006, p. 25-26). A alegria dos que produzem essa urbanização, os donos do capital, que organizam a cidade não como obra, mas como um almoxarifado, pronto para fornecer todos os itens necessários para a perpetuação e o crescimento de seu maior desejo, o lucro.

Uma cidade hoje, segundo a lógica de mercado, só é “cidade” se for lucrativa, seja por um processo de industrialização tradicional, seja pelas novas formatações impostas no processo produtivo global. Ficar à margem dessa lógica é “sucumbir”, segundo o dicionário empreendedor contemporâneo. A cidade deve correr, lutar, disputar, vencer e aniquilar seus inimigos nesta jornada em direção desse urbanismo. Quais inimigos? Outras cidades, outras pessoas, outras vidas. A falência de uma cidade, algo concreto nos dias atuais em várias partes do mundo, é a consequência de como um “*centro privilegiado, núcleo de um espaço político, sede do Logos e regido pelo Logos, diante do qual seus cidadãos são ‘iguais’*” (LEFEBVRE, 2006, p. 30), não resiste aos direcionamentos do capital.

Vê-se mundo afora cidades tentando se “reinventar”, para ganhar um lugar ao sol segundo essa lógica das grandes empresas mundiais. Antes industrial, agora turística. Antes produtora de pescado, agora centro de compras. Esse movimento requer uma capacidade gigantesca de mudança, de criar novas perspectivas, que acima de tudo são excludentes. Nas grandes empresas esse movimento gera normalmente um processo de *downsize*, que nas organizações enxuga o número de colaboradores, e nas cidades “transformadas”, excluem aqueles que agora não são mais necessários, ou não tem formação e capacitação para esta nova realidade que se impõe. O *logos* se estratifica sob a égide de uma economia que pulveriza a cidade em pequenas partes, que a urbaniza de acordo com uma nova estratificação social, em que ela, a cidade, assim como seus cidadãos, não são donos de seu próprio destino, “*a cidade tradicional explode em pedaços*” (LEFEBVRE, 2006, p. 72).

Segundo Harvey (2005), quando analisa o fenômeno das “cidades empreendedoras” que surgem entre as décadas de 1970 e 1980, é a racionalidade do mercado que vai direcionar o processo de urbanização. Com suas “parcerias público-privada”, que tentam a todo custo atrair investimentos para as cidades; com sua lógica especulativa, que direciona investimentos sem a mediação de uma esfera pública atuante, apenas o empreendedor capitalista e seu parceiro de todas as horas, o Estado comprometido com essa empreitada, tem voz e vez neste cenário de imposição do capital sobre a sociedade. Com uma peculiaridade nessa parceria, o ônus é sempre assumido pelo setor público, ao setor privado cabe apenas o bônus. Isenções fiscais, obras de infraestrutura, financiamentos de bancos públicos, legislações trabalhistas que mais parecem manuais de departamento de recursos humanos de grandes corporações, reajustes tarifários, flexibilidade nas fiscalizações, entre outros, fazem parte dos itens básicos para uma cidade se tornar atraente aos olhos do capitalismo. O urbano cede espaço para as ações especulativas do capital

globalizado. Ao governo local cabe apresentar aos investidores seu pacote de benefícios, em muitos casos com a conivência da população que, atordoada por ciclos recessivos de grande monta, acredita que essa “ajuda substancial” de investidores alavancará o desenvolvimento social e econômico daquela cidade, o que na maioria das vezes não ocorre (HARVEY, 2005). Dessa forma o caminho traçado por Lefebvre, onde o início da sociedade urbana é sedimentada pela *Cidade política*, passando pela *Cidade comercial*, chegando à *Cidade industrial* que origina o “*Ponto Crítico, que se situa a problemática atual da cidade e da realidade urbana(do urbano)*” (LEFEBVRE, 2006, p. 72), com seu duplo processo, industrialização e urbanização, indica que ao se organizar os fenômenos que ocorrem ao redor desse *Ponto Crítico*, o pensamento sociológico e a estratégia política pula de nível do habitar (da moradia, da vizinhança, etc.) para um nível “geral”, em uma escala que deve ser orientada pela produção industrial planejada, da urbanização global, passando por cima da cidade e do urbano. Gera-se então a construção de uma urbanização moldada em uma lógica de mercado. Mas qual mercado? O das grandes corporações. A dos *big players* do mercado internacional, que para transacionarem seus produtos e serviços necessitam de uma urbanização apropriada, onde industrialização e urbanização se reinventam, sem esquecer de suas origens, de sua espinha dorsal, já apresentada por Marx (1990, p. 558), quando se refere à divisão do trabalho, no século XIX, e como essa divisão, vital ao capitalismo,

lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro [...] entretanto, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas peculiaridades

(MARX, 1990, p. 558) A urbanização capitalista reproduz essa divisão do trabalho, só que agora amplificada, não se detém apenas ao chão de fábrica, faz-se necessário a divisão no aspecto urbano, quando uma cidade deixa sua sedimentação pontual, e passa a fazer parte do *Ponto Crítico*, se descaracterizando como obra, como fundamentada no “vivido”, e passa a pertencer à lógica do capital contemporâneo, como a das atuais cadeias de suprimentos globais, que necessitam das cidades ora para produzir energia elétrica, ora para produção mineral, ora para produzir entretenimento e lazer; seguindo os ditames do capital global, que se impõe sobre as necessidades e características locais, historicamente construídas, em muitos casos antes da implementação das bases capitalistas de produção.

A divisão do trabalho que Marx observou nas fábricas das cidades europeias agora se dimensiona através do movimento de uma cidade inteira que, na direção da urbanização industrial contemporânea, age sob a coação do mercado, “*sem que se modifiquem as relações que condicionam o lucro*” (LEFEBVRE, 2006, p. 73). Permanecendo como o *Ponto Crítico*, a cidade agora “*se alinha pela empresa industrial [...] torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida quotidiana dos produtores e o consumo dos produtos*” (LEFEBVRE, 2006, p. 73). A cidade se esforça para dar conta dos desejos do capital, e para isso, muitas vezes se corrompe, deixa sua fluidez natural, sua vocação como cidade, e passa a ser uma amplificação da empresa, a cidade-empresarial, gerando, de forma abrupta, a quebra de um equilíbrio construído desde a *Cidade política*. Não existe mais o que se deliberar, o que se decidir, as empresas decidem pelo cidadão, e o realocam em um processo de urbanização apropriado para este fim. A crise da cidade leva

“à centralização planificadora preocupada acima de tudo com o crescimento, à burocracia do estado e da empresa” (LEFEBVRE, 2006, p. 79), que aloca as relações sociais em espaços de relações comerciais dominadas pelo capital.

Segundo Lefebvre, Marx não via que a produção industrial implicava em uma nova urbanização da sociedade, e que a produção industrial, após certo crescimento, produz a urbanização. Porém só através dos conceitos criados por Marx, principalmente o materialismo histórico, pode-se chegar nos dias de hoje na realidade que concreta que é a relação entre o capital e os processos de urbanização.

A urbanização proposta pelos principais agentes econômicos atuais afasta a crítica, via análises mais aprofundadas, porque sabe que suas bases estão sedimentadas na divisão permanente entre classes sociais, e o domínio de uma classe sobre a outra. Quando Marx elucida essa lógica pela via econômica e filosófica, ele antecipa o debate contemporâneo sobre a urbanização, mesmo sem fazê-lo diretamente, como já dito, sem ter essa pretensão. Não se pode criticar as bases dessa urbanização industrial, utilizando-se como referências a economia e a filosofia capitalista, uma verdadeira incompatibilidade de gênero. Por isso a lógica marxista ainda é a mais viável, mesmo que necessite de adaptações no decorrer do tempo.

A cidade então se apresenta diante de uma urbanização baseada na lógica empresarial como um espaço segregado, mesmo naqueles ditos como públicos, com maior ou menor profundidade, porém sempre segregando. Essa dissociação não pode ser vista como algo do acaso, é algo pensado, formulado, concretizado como meio para se atingir um fim, a racionalidade empresarial deve prevalecer. A verdadeira realidade urbana não pode vir à tona, deve ficar à margem, a “racionalidade da empresa implica sempre uma análise extremada dos trabalhos, das operações, dos encadeamentos” (LEFEBVRE, 2006, p. 95); dessa forma a empresa externaliza sua segregação, intervindo na pressão social, muitas vezes sufocando-a. Direciona investimento, programas, poder de decisão e de veto, agora deliberados na esfera dos negócios privados, muitas vezes em consonância com as decisões de Estado, como o caso das Parcerias Público Privado (PPP) no Brasil, principalmente aquelas voltadas para a infraestrutura urbana, com grande impacto no espaço das cidades.

A urbanização se atrofia, se recolhe à insignificância dessa lógica empresarial, empurrando a cidade na direção de uma formatação individualista, consumista e antissocial. Os excluídos, os segregados da cidade, lutam por maior participação, maior inclusão. Mas serão incluídos em que tipo de cidade? A mesma que os segregou? Será que o urbanismo industrial contemporâneo permite a autogestão, preconizada nos movimentos em prol de uma maior participação nos direcionamentos políticos-administrativos da cidade? Ou ele simula esta participação com intenção de cooptar com seus agentes, e manter o *status quo* da *Cidade-Empresa*?

No Brasil, onde o pior dos cenários dessa forma de urbanização está presente em grande parte do território, não parece plausível acreditar que o capital cederá um milímetro de espaço de suas “conquistas” no processo de urbanização das cidades brasileiras, sem que lhe seja dado algo em troca. Uma troca lastreada pelo condicional apoio político de um Estado que replica os interesses empresariais, que

também deseja manter sua “representatividade” diante do empresariado, com pouca ou nenhuma resistência na direção dos reais anseios da população.

A *Cidade Política* define, “diante das brutais exigências do crescimento e da competição econômica” (LEFEBVRE, 2006, p. 105). Os que antes eram participantes da construção dessa cidade, agora são meros espectadores, sem direito a voz. Todo um instrumental fortemente ancorado em discursos de realização e espetacularização da economia é criado nesta urbanização, selando o destino daqueles que não conseguem fazer parte desse jogo, e agora ocupam as favelas, os guetos, os bairros sem escola, sem saneamento básico, sem segurança e sem educação; e mesmo estes são falsamente atraídos a participar dessa urbanização, não mais como cidadãos, mas como clientes, que, na lógica empresarial, se estratifica, se hierarquiza pelo que é consumido, pelo que ele paga. As relações de urbanidade da antiga Cidade desaparecem, para ceder lugar as relações econômicas, de competir com o vizinho. Pouco resta de solidariedade na vizinhança.

Retira-se o direito a Cidade, deixando apenas que “*grupos, classes, frações sociais capazes de iniciativa revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos*” (LEFEBVRE, 2006, p. 111), em uma luta desigual, onde de um lado o capital e o Estado se unem para perpetuar a urbanização industrial e do outro uma pequena parte da população tentando conscientizar a grande massa acerca dos problemas e malefícios desse modelo de cidade, tentando desmistificar os modelos impostos por essa “nova aristocracia burguesa”, os empresários, que exercem o fascínio sobre aqueles que vivem sua vida cotidiana (LEFEBVRE, 2006), e que em tempos atuais atingiu patamares quase que intransponíveis por aqueles que tentam abrir os olhos de seu próximo.

A cidade era antes ocupada “*pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas*” (LEFEBVRE, 2006, p. 129). Agora, o lugar do encontro é o lugar do *aglomerado de coisas*. A liberdade de se divertir na rua, de se socializar com o outro, deve ficar em um espaço “apropriado”, “higienicamente” construído, livre de “interferências” externas, livre da maioria da população, como nos processos de revitalização de áreas centrais de muitas metrópoles no Brasil.

Na cidade industrial do começo do século XX, o controle gerencial existente na fábrica, com suas práticas de tempo, atividades, comando e controle, se repetiam, em muitos casos, nas práticas sociais das pessoas moradoras das vilas operárias e de outros bairros e locais influenciados pela industrialização. Porém, mesmo lá, eram geradas relações de solidariedade entre seus ocupantes.

Hoje a cidade industrial e seu *Ponto Crítico* produzem uma urbanização bem mais sofisticada na direção da assimilação de sua base empresarial. Ela não exige mais que as pessoas vivam em vilas operárias, já que a cidade inteira se transformou na “Nova Vila Operária”, para onde se direcionam os esforços do capital, que não aceita resistência, punindo o infrator com a sua retirada do processo. Não está sendo assim com grande parte das cidades do continente africano, e da América Latina, que quando ousaram ampliar seus movimentos de libertação dessa imposição, sofreram as sanções impostas pelo mercado?

Isso tudo com a convivência do Estado, e mesmo este, quando, por um “descuido” do capital, tenta se contrapor a esse modelo, paga um enorme preço. Basta analisar como o mercado financeiro e suas agências de classificação de risco, tratam aqueles que não “desempenham bem” o seu papel nesse processo.

A cidade capitalista criou sua própria dinâmica de interação, o seu centro de decisão passa a ser seu centro de consumo, para onde convergem seus cidadãos na busca da cidade política que agora mistura-se com o lugar do consumo,

E é o lugar do encontro, a partir da aglomeração das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. (LEFEBVRE, 2006, p. 131).

Esse tipo de centralidade, que antes se instalava na antiga área central substituindo os espaços “apropriados no decorrer da história anterior”, hoje se instalam em áreas que servem à logística de um capital que ampliou e sofisticou tecnicamente suas bases de dominação. Não é mais o velho centro, a fábrica, suas vilas e seus armazéns de mantimentos, é algo bem maior, pois o neocapitalismo necessita de uma nova centralidade já que ele não “*reúne mais nem pessoas, nem as coisas, mas sim as informações, o conhecimento*” (LEFEBVRE, 2006, p. 131).

O espaço físico não é mais suficiente, faz-se necessário uma centralidade que transcenda, que se imponha através de decisões de mercado, que, mesmo fora das grandes aglomerações geradas pela urbanização industrial, possa traduzir em consumo a decisão que antes ficava a cargo de uma *Cidade Política*, que se diluiu, que se rebaixou ao ditames desse mercado. Com os processos informacionais o centro está disponível para aqueles que podem e querem consumir, os que não podem devem se esforçar ao máximo para que sejam recebidos nesta nova arena de “deliberações”, que antes de serem políticas são econômicas, porém travestidas de centro “democrático de deliberação”, de convivência plena, de ruas livres das “inconveniências” que a “antiga” cidade proporcionava.

É comum ver a retirada de pessoas “indesejáveis” desse novo centro, ou pela força policial, que representa aqueles que vão habitar um centro histórico que será transformado, ou pelo poder das empresas que não permitem a entrada de qualquer pessoa em centros comerciais, como *shoppings centers* ou em áreas “reurbanizadas” para o lazer dirigido ao consumo. Sem se falar dos palácios governamentais renovados, ou as novas “cidades administrativas”, como em muitas capitais no Brasil, que com suas construções suntuosas e multifuncionais, disputam com os estabelecimentos comerciais a dianteira de quem mais excluí. Basta verificar o quanto é constrangedor para grande parte dos cidadãos de muitas metrópoles brasileiras, ter que adentrar em algum desses espaços “públicos” para resolver algo, mesmo que isso seja função primordial desse local. Os órgãos públicos em muitos casos replicam em sua arquitetura atual as mesmas práticas do setor privado, mesmo sabendo que nem todo mundo pode ir a um *shopping-center*.

A exclusão da cidade neocapitalista de Lefebvre se impõe no cenário da desigualdade mundial, principalmente nas nações fora do eixo central do capitalismo contemporâneo, como em várias metrópoles latino-americanas. Um breve exemplo dessa desigualdade pode ser vista hoje na Cidade de São Paulo.

Em 2019 a Rede Nossa São Paulo apresentou seu Mapa da Desigualdade, referente a dados coletados em 2018 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019), junto aos 96 distritos que formam a cidade de São Paulo, a maior e mais rica do país, e uma das maiores da América-Latina e do mundo. Foram abordados 53 indicadores desde Violência Contra as Mulheres, Favelas, Leitos Hospitalares, Idade Média ao Morrer, Equipamentos Públicos de Cultura, dentre outros.

O que se constatou, novamente, foi a desigualdade social e econômica estampada na desigualdade urbana. Uma cidade, segundo Harvey (2005), “esparreada” como São Paulo, em meio a um país com perspectivas crescentes de acúmulo de riqueza por parte de uma ínfima minoria da sua população, com o restante sobrevivendo com uma pequena parcela das riquezas por ela gerada, demonstra que se intensifica a cada dia a “exploração” nas cidades.

O capital, segundo Lefebvre destrói a cidade que tinha como base o habitar, onde seus cidadãos, todos, necessitam de uma “*centralidade ao redor de instituições particulares, tais como a municipalidade com seus serviços e seus problemas, com seus canais de informação, suas redes, seus poderes de decisão*” (LEFEBVRE, 2006. p. 61). Isso sucumbe ou se torna rarefeito nas regiões periféricas e pobres da maior cidade do Brasil, quando os indicadores, coletados de dados oficiais da Prefeitura Municipal mostram a disparidade existentes em um mesmo espaço urbano. Por exemplo, um dos dados do Mapa mostra o item Favela, onde o índice de diferença entre os piores e os melhores distritos avaliados chega a 607 vezes mais, se comparados os locais favelizados, com as áreas mais ricas da cidade. Onde o item Unidades Básicas de Saúde (UBS) apresenta nas áreas periféricas da cidade é 34 vezes menor do que as existentes em áreas mais nobres da capital paulista (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019).

Segundo os organizadores do Mapa:

Os efeitos da desigualdade são perversos e afetam a todos e todas, inclusive pessoas socialmente privilegiadas. Esses efeitos se refletem em vários aspectos mensuráveis, como os índices de criminalidade e violência, remuneração do trabalho, estresse e doenças que afetam a população. (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019, p. 5)

O urbano transpira os efeitos de um centralização do capital, que de maneira disforme e proposital distribui os recursos que deveriam ser de toda uma comunidade apenas para um pequena parcela da população, como os dividendos distribuídos por uma empresa para seus proprietários e acionista.

É a racionalidade empresarial sobre o urbano que, para Lefebvre, “*Existe portanto uma probabilidade muito grande de que a empresa como tal caminhe no sentido da segregação extrema, de que ela aja nesse sentido*” (LEFEBVRE, 2006. p. 97), segregação que se faz acompanhar pelas cidades, pelo espaço urbano, como bem demonstra o Mapa da Desigualdade de São Paulo (REDE

NOSSA SÃO PAULO, 2019). A cidade deixa de ser representativa de grupos como um todo, passa a ser uma representação de uma só classe, a que domina o capital. A burocracia e a tecnocracia se tornam “*a verdadeira identidade entre o absurdo e um certo racionalismo autoritário*” (LEFEBVRE, 2006, p. 97). As práticas sociais “integrativas” perdem espaço na miséria, e na busca incessante pela sobrevivência na cidade, como se vê em São Paulo.

Os guetos se ampliam, se esparramam, desde o centro até os mais distantes distritos, “*.diante das brutais exigências do crescimento e da competição econômica*” (LEFEBVRE, 2006, p. 105), cada vez maiores e excludentes para a maioria dos cidadãos das metrópoles e cidades. É necessário aprofundar uma coerência de análise interdisciplinar para se entender a influência da “produção direta no espaço”, respeitando as peculiaridades de cada foco e eixos dessas análises, que segundo Lefebvre (2008, p 111 grifo do autor), quando de sua análise sobre fracasso teórico na “constituição de uma dominância” na elaboração da coerência, o “*‘real’ social muda porque as atividades produtoras e as formas dessa atividades se modificam*”, e essa modificação é a que está em curso hoje no espaço urbano, complexa, múltipla e cada vez mais vinculada às formas “inovadoras” de produção impostas pelo capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de uma formatação inovadora de análise para o fenômeno da cidade neocapitalista através de um materialismo histórico renovado não é algo recente, Sartre já preconizava na década de 1950 que “*Neste caso os princípios do marxismo não mudaram, mas a situação torna-se muito mais complexa*” (SARTRE, 1979, p. 37 grifo do autor). E vai além ao afirmar que:

Em uma sociedade de que conhecemos o movimento e os caracteres, o desenvolvimento das forças produtoras e as relações de produção, todo o fato novo (homem, ação, obra) aparece como já situada na sua generalidade; o progresso consiste em esclarecer as estruturas mais profundas pela originalidade do fato consumado para poder determinar em compensação esta originalidade pelas estruturas fundamentais.(SARTRE, 1979, p. 47 grifo do autor).

O que se situa em Sartre é a necessidade de uma reformulação constante do método que se deve utilizar quando da análise do objeto, de seu foco e sua problematização, em um ato contínuo de inovação dos processos em curso.

A era do conhecimento, que é dominada pela subordinação total do Estado perante um mercado global – que sempre está em busca de sua amplificação – , tornou o urbanismo uma peça, entre as demais que compõe seu quebra cabeça de dominação. A forma de se gerir os negócios impõe a forma de se urbanizar as cidades, com uma combinação complexa de relações comerciais, da qual fazem parte o capital, os capitalistas, os trabalhadores, e o consumidor, em uma mistura que as vezes parece indecifrável ao olhar dos leigos e dos ingênuos. Mas para aqueles que se detenham um pouco para analisar este processo vão perceber, cedo ou tarde, que o processo de

dominação capitalista é o mesmo daquele previsto por Marx quando elucidou o papel que o valor de troca assumiria nas relações de dominação entre os homens, entre as classes, e entre as sociedades modernas, só que agora essa forma nova de dominação, amplificada por meios de produção informatizados, pela comunicação digital em tempo real, impôs ao donos do meio de produção a necessidade de uma nova urbanização, de uma nova centralidade, uma “outra centralidade” que se abre ao mercado fora dos espaços físicos tradicionais, como os da antiga Cidade Industrial (LEFEBVRE, 2006).

O urbanismo e sua centralidade devem agora ser fluidos, prontos para mudar de lugar, ao sabor do vento da economia, levando tudo aquilo que se construiu através de relações seculares, que agora passam ao patamar de retrógrado, de empecilho.

O modelo de urbanismo no neocapitalismo não se preocupa mais com o lugar da fábrica, as grandes corporações mundiais não tem mais fábricas, seu poder se dá por outros meios, pelo domínio do mundo financeiro especulativo e da gestão do conhecimento, estes sim devem ficar aquartelados, bem guardados, na centralidade do mundo desenvolvido, nas “suas” universidades, escolas, corporações, e nas mentes daqueles que comungam de suas opiniões, e fazem parte de seu jogo.

Isso não é algo aleatório. É a forma amplificada de se pensar uma nova centralidade e uma nova forma de se organizar esse domínio do conhecimento, que ainda está em curso, e que afeta de forma significativa o futuro não apenas das cidades, como tradicionalmente a maioria das pessoas imaginam, mas de uma cidade que está dentro de cada um. Esta é a nova fronteira de dominação capitalista, que, assim como em seus movimentos anteriores, *Cidade Política*, *Cidade Comercial* e *Cidade Industrial*, se estabelece pelo poder que advém das relações de trocas comerciais, como visualizou Marx no final do século dezenove, servindo de base para o pensamento lefebvriano, que no século XXI faz-se mais necessário do que nunca, por sua abrangência e possibilidade de releitura de temas que esclarecem e elucidam o fenômeno de como as cidades tem seguido, como manada, a direção de uma proposta social de desintegração dos laços cívicos, comunitários e de representação legítima daqueles que realmente vivem e convivem em espaços comuns, substituídos por uma “cultura empreendedora” que cada dia torna a cidade menos justa, inclusiva e representativa dos verdadeiros interesses dessas populações.

Tem-se então uma cidade neocapitalista que impede o acesso de grande parte de seus membros aos seus espaços, onde a população é impelida para a segregação, que projeta a separação para uma prática rotineira, com seus “guetos arranjados” e subúrbios favelizados. Uma separação que toma forma na racionalidade dos projetos urbanos, onde os cidadãos vivem a “obsessão” por se integrar ao que não é permitido a eles, o mundo do capital, gerando o que Lefebvre denominou de “integração desintegradora”, que se tornou parte constante da nova realidade urbana. Ele alerta que a sociedade urbana desintegrada não significa que ela “caiu em pedaços”. Não! Ela deve funcionar. Ser útil as necessidades do capital. É para isso que ela serve. (LEFEBVRE, 2006)

BIBLIOGRAFIA

- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. v. 1.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da desigualdade*. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dheDsq>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de Método*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1979.
- VIANA, Nildo. Sartre e o Marxismo. *Filosofia Unisinos*, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 146-161, 2008.

Nota do Editor

Data de submissão: 12/11/2019

Aceite: 17/03/2020

Revisão: Tikinet

Luis Carlos Freitas Rodrigues

Universidade Federal Rural da Amazônia. Curso de Administração.

Rua Barão de Capanema, 5514-6434, Caixa D'água – CEP 68700-665 – Capanema – PA

ORCID: orcid.org/0000-0002-2104-2344

luis.rodrigues@ufra.edu.br